

CONTRA-REVOLUÇÃO, ESPÍRITO PÚBLICO E OPINIÃO NO SUL DA EUROPA SÉCULOS XVIII E XIX

Fátima Sá e Melo Ferreira (COORD.)

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA



CEHCP · ISCTE-IUL



**CONTRA-REVOLUÇÃO,
ESPÍRITO PÚBLICO
E OPINIÃO NO SUL DA EUROPA
(SÉCS. XVIII E XIX)**

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA



CEHCP · ISCTE

CONTRA-REVOLUÇÃO, ESPÍRITO PÚBLICO

E OPINIÃO NO SUL DA EUROPA

(SÉCS. XVIII E XIX)

COORDENAÇÃO | Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira

FICHA TÉCNICA

COLECÇÃO | PORTUGAL: ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA

EDIÇÃO | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

DIRECÇÃO DA COLECÇÃO | Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira

CONCEPÇÃO GRÁFICA | Maria José Beldock

IMPRESSÃO E ACABAMENTO | Abreu, Sousa & Braga, Lda.

TIRAGEM | 500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO | Livraria Editora Figueirinhas

ISBN 978-972-99333-8-7

DEPÓSITO LEGAL N.º 302756/09

LISBOA, DEZEMBRO DE 2009

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE-IUL, sala 2N3

1649-026 Lisboa

Telef.: 217 903 094

Fax: 217 903 014

SECRETARIADO | cehcp@iscte.pt

www.cehcp.org

MODERNIDADE FORMAL E IDEOLÓGICA DO DISCURSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO: EM TORNO DO MIGUELISMO OU RELANCE PESSOAL DE UMA PESQUISA DATADA

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA | FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1 | UM CONVITE INDEVIDO, MAS IRRECUSÁVEL...

Há convites paradoxais – convites que devem ser recusados, embora a recusa seja impossível. O convite, honroso sem dúvida, mas indevido, que me foi endereçado, em Janeiro de 2005, pela estimada colega e amiga Professora Doutora Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, entra inteiramente nesta categoria.

Com a simpatia insistente que lhe é própria convidou-me a participar, juntamente com alguns reconhecidos especialistas, no Colóquio Contra-Revolução, Espírito Público e Opinião (sécs. XVIII-XIX) promovido pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) e a realizar, em Lisboa, nos dias 15 e 16 de Abril. Motivo forte de recusa não me faltava: investiguei, entre 1980 e 1989, a figura de D. Miguel (1802-1866) e a liderança carismática que assumiu junto dos defensores da contra-revolução à portuguesa, ou seja, dos defensores da multissecular aliança entre o Trono e o Altar, bem como o respectivo discurso ideo-propagandístico; e dei por encerradas as pesquisas em 1993, ano da edição de parte essencial da dissertação académica que submetera a provas públicas na Universidade do Minho em Dezembro de 1989¹. Nada sobre o assunto produzi posteriormente².

¹ Armando Barreiros Malheiro da Silva, *Ideologia e mito no miguelismo. Subsídios para o estudo da contra-revolução no Portugal oitocentista. Trabalho de síntese para o concurso de provas públicas estipuladas pelo decreto-lei nº 68/88, de 3 de Março, artº 16º, alínea b)*, Braga, Universidade do Minho, 1989.

² Tudo o que publiquei correspondeu a investigação efectuada no período acima referido: Armando Malheiro da Silva, «Clero Regular e a "Usurpação". Subsídios para uma história socio-política do miguelismo», *Revista de História das Ideias*, 9, 1987, pp. 529-630; «Miguelismo em Braga (I). Factos e ideias para o estudo da contra-revolução», *Bracara Augusta*, 40 (89-90) Jan.-Dez. 1986, pp. 355-438; «Miguelismo em Braga (II). Factos e ideias para o estudo da contra-revolução», *Bracara Augusta*, 41 (91-92) Jan.-Dez. 1988-1989, pp. 405-457; «Breve sondagem à iconografia de D. Miguel I», *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, 26 (2) 1989, pp. 717-739; «Discurso ideo-político de Faustino José da Madre de Deus. Contribuição para a história das ideias anti-liberais em Portugal», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 163-182; *Miguelismo. Ideologia e mito*, Coimbra, Livraria Minerva, 1993; «O Miguelismo na história contemporânea de Portugal», *Itinerarium*, 39, 1993, pp. 537-647; separata, 1994; com Alberto Filipe Araújo, «Miguelismo e Maria da Fonte. Notas para uma leitura mitanalítica», in *História da coragem feita com o coração. Actas do Congresso "Maria da Fonte – 150 anos" 1846/1996*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1996, pp. 195-217; e Armando Malheiro da Silva, «Tradicionalismo» in Carlos Moreira Azevedo (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 297-303.

Os meus interesses de investigação transferiram-se, de novo, para a conjuntura balizada entre 1890 e 1926 e para a problemática política e ideológica do republicanismo português³. Que poderia eu aportar a uma reunião científica de e para especialistas após cerca de quinze anos de "ausência"? Sinceramente nada que não fosse repetir o que há muito ficara dito!...

A dificuldade da minha tarefa consistiu e consiste precisamente neste ponto crítico: não contribuir com novos resultados de continuadas explorações historiográficas, trazendo apenas, para aqui, um relance carregado de *dejá vu...*

Assumidas, porém, a tarefa e a dificuldade inerente, restou-me cumprir o título desta comunicação⁴ a partir do relance (testemunho) indicado no subtítulo: relendo o essencial que deixei, passados anos, escrito e publicado, concentro-me no que se poderá extrair de significativo com eventual interesse para os que prosseguem no estudo da Contra-Revolução e os que agora se iniciem nesse investigativo.

Não resisto, no final, a testemunhar como inesperadamente, volvidos esses quinze anos, regressei a alguns textos meus sobre o discurso miguelista por causa de uma lei proibitiva das Associações Secretas (leia-se, para além do eufemismo da lei, a Maçonaria) proposta na Assembleia Nacional, no início de 1935, por um deputado que viera das hostes integralistas e nacionais-sindicalistas de Rolão Preto para as fileiras da União Nacional, disciplinadas e obedientes a Oliveira Salazar. É, aliás, oportuno frisar que foi pela pena dos integralistas que impulsionei as minhas pesquisas sobre D. Miguel e seus sequazes, como a seguir destacarei.

Esse regresso faz jus ao tema escolhido, porque, de facto, o fenómeno da contra-revolução em geral e da miguelista em particular inscreve-se na Modernidade e estende-se, com inevitáveis nuances e adaptações, por novecentos dentro.

2 | AO PRINCÍPIO OS "MOÇOS DO PELICANO"....

À parte leituras e circunstâncias juvenis, a minha atração e aproximação ao assunto histórico de D. Miguel e do miguelismo ocorreu no ano lectivo de 1979-80 no âmbito de um seminário de conclusão de licenciatura em Filosofia, que me

³ Ver ponto mais ou menos final dessa outra jornada: Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e sidonismo. Vol. 1 – História de uma vida; Vol. 2 – História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

⁴ É o mesmo que figura no programa distribuído por ocasião do Colóquio.

permitiu confrontar Leonardo Coimbra (1883-1936)⁵ e o Integralismo Lusitano (1913 - c. de 1933)⁶, confronto considerado, então, inusitado pelo docente (o brasileiro Miguel Spinelli) atendendo a que eram colocadas em diálogo obras e perspectivas filosóficas antagónicas e, pior do que isso, eram escassos ou quase inexistentes estudos rigorosos e inovadores sobre o Portugal Contemporâneo (sécs. XIX-XX) desde o plano político ao cultural e filosófico, passando obrigatoriamente pelo económico-social.

Recordo nesse trabalho de investigação, um dos primeiros que publiquei, a percepção da importância dos publicistas maiores das hostes de D. Miguel, recuperados e actualizados pela militância integralista. E recordo ainda como se tornou naturalmente imperioso, para mim, recuar ao primeiro quartel de oitocentos para explorar o sentido mais original e histórico dos seus textos...

O renascimento de Portugal (por oposição à ideia/sentimento de decadência) foi o propósito inspirador, entre os finais de oitocentos e alvares de novecentos, de intelectuais de opostas tendências e características. Um punhado de moços reunidos na Bélgica – Domingos de Gusmão Araújo, Luís de Almeida Braga e Rolão Preto⁷, responsável pela revista *Alma Portuguesa* (1913), embrião do Integralismo Lusitano – tiveram, também, esse sonho. Estes moços situavam-se no campo monárquico, ferido por graves e antigas cisões.

Passo a citar-me, *ipsis verbis*, trazendo à colação um artigo quase desconhecido:

O pacto de Dôver (30 de Janeiro de 1922) conseguiu formalizar um acordo, embora temporário, entre as duas tendências opostas: constitucionais e legitimistas. Estes encarnavam o Miguelismo, mito complexo (mescla de valores, crenças, traumas colectivos, caracteres ideossincráticos, etc.) gravado na alma lusitano, e presente no espírito desses rapazes, leitores atentos de Charles Maurras e fervorosos defensores da Tradição. Ela "é a lembrança de momentos e acções sucessivas, realizadas em tempos diferentes, mas tendo entre si um veio eterno que as liga e lhes dá unidade. As fórmulas envelhecem com os homens; é preciso, pois, renova-las para que conservem mocidade e frescura" [Luís de Almeida Braga]

Isto significa que, para eles, o devir histórico definia-se como evolução na

⁵ Ver Maria Cândida Proença, «Coimbra, Leonardo José (1883-1936)», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. 1, Lisboa. Círculo de Leitores, 1996, p. 158.

⁶ Ver António da Costa Pinto, «Integralismo Lusitano» in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal, vol. VIII, suplemento f/0*, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 280-281.

⁷ Sobre este integralista que se tornou líder dos «camisas azuis» e preconizou uma orientação inequivocamente fascista para o Estado Novo português entrando em rota de colisão com Oliveira Salazar ver António da Costa Pinto, *Os Camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal: 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

continuidade, tornando-se neste sentido possível recuperar no presente modelos usados com êxito no passado – Idade Média e período da Restauração. Recuperação necessária, na sua perspectiva, porquanto as propostas republicana e liberal procediam da degenerescência total da civilização europeia, nítida a partir de 1789: unir as hostes monárquicas em torno dum ideal ardente e dum combate sem tréguas contra a República, eis o linear propósito que os galvanizava, e que seduziu jovens desiludidos, destacando-se dentre eles António Sardinha, membro em 1913 do núcleo integralista do interior (a revista de difusão restrita *Integralismo Lusitano* foi o seu órgão oficial), a que, também, pertenceram João do Ameal (outro desiludido), Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Alberto de Monsaraz – estes dois últimos foram os principais sustentáculos económicos do movimento. (...)

No ano de 1914, enquanto a Renascença prosseguia os seus inquéritos sobre a vida nacional no plano religioso, pedagógico, económico e social, a "cruzada" integralista recebeu um decisivo impulso com o regresso dos exilados, que logo se juntaram aos membros do núcleo do interior, e com o lançamento da revista *Nação Portuguesa*. Em pouco tempo já o *Integralismo Lusitano* dispunha duma ampla rede organizativa, cuja cúpula dinamizadora – a Junta Central – foi criada em 1916, ano em que se realizaram as conferências da Liga Naval Portuguesa sob o título genérico de "Questão Ibérica", as quais abriram caminho a um iberismo, diverso do defendido, em meados de oitocentos, por D. Sinabaldo de Más, Latino Coelho ou Félix Henriques Nogueira.

Entretanto cresceu a penetração da doutrina integralista nas várias regiões do país, mediante um número cada vez maior de semanários regionais a ela afectos. E em 1917 surgiu o diário *A Monarquia*, espelho nítido da sua combatividade ardente, dos seus limites e anacronismos, do seu pendor elitista, da sua influência junto dos "elementos da antiga nobreza, latifundiários, camponeses ricos e os seus filhos nos meios estudantis" e do seu pragmatismo político, bem visível em 1918-19, quando Sidónio Pais, interpretando os sentimentos de dor e de revolta dum povo atirado para a terrível Guerra de 14-18, impôs uma experiência insólita: uma "República Nova" com um "Presidente-Rei"! Mas a sua brusca morte, obstruindo a via do restauracionismo mediato e subtil, lançou os homens do "Pelicano", em conluio com os soldados de Paiva Couceiro, na aventura precipitada e frustrante da Monarquia do Norte e no combate desastroso de Monsanto.

Estes desaires produziram, como é óbvio, um imediato e profundo mal-estar nas forças monárquicas. A ruptura com os "couceiristas" tornou-se, por isso, inevitável, seguindo-se-lhe o polémico ultimatum dirigido pelos integralistas a D. Manuel II como meio de o obrigar a comprometer-se com os seus ideais; mas perante a categórica recusa do ex-monarca, a J. C. I. L. Teve de virar-se para D. Miguel II. Ao cabo de difíceis negociações ficou acordado que este abdicaria os seus direitos de pretendente ao trono a favor de seu filho D. Duarte Nuno, ainda menor. Não tardou, porém, que o compromisso fosse paradoxalmente posto em causa pelos miguelistas. Descontentes com a incapacidade conspiratória da Junta, voltaram-lhe as costas e julgaram mais seguro reconhecer D. Manuel como Rei legítimo. A agravar isto

deu-se a cisão, há muito latente, dos integralistas críticos quanto à conduta da própria J.C.I.L. (Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, etc.), os quais constituíram a "Acção Realista Portuguesa" em 1923. Neste mesmo ano, integralistas e seareiros estiveram juntos, embora por pouco tempo, na revista *Homens Livres*.

Encurralada, e vendo a sua actuação política à beira do descrédito, a Junta Central só teve como alternativa auto-suspender-se *sine die*. Isto equivaleu quase a um "suicídio", mas surpreendentemente o Integralismo Lusitano pôde resistir a esse golpe, obtendo um sensível acréscimo de vigor e de empolgante apoio. Intensificaram-se as infiltrações integralistas no exército; subiu a sua influência entre as associações patronais e agrícolas e a imprensa regional ao seu serviço multiplicou-se bastante. A questão dinástica continuaria, no entanto, a ser um "espinho" incómodo e fixo. Malograra-se o Pacto de Paris (17/4/1922) e falhariam, também, as diligências da "Acção Realista" para unir as várias facções, o que só foi possível com a morte de D. Manuel II. Essa questão contribuiu, pois, para esvaziar de sentido prático a luta do "Pelicano" contra a República agonizante. (...)

A Nação Portuguesa, que apareceu com o subtítulo de *Revista de Filosofia Política*, começou por ser dirigida por Alberto de Monsaraz, sucedendo-lhe, em breve, António Sardinha, director até 1925, ano da sua prematura morte. Durante todo esse período, ela teve como colaboradores os combatentes integralistas da primeira linha, alguns positivistas confessos e um ou outro vulto ilustre da época. A. Xavier Cordeiro, Amadeu de Vasconcelos (Mariotte), João do Amaral, J. A. Pequito Rebelo, L. de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Domingos de Gusmão Araújo, Alfredo Pimenta, Francisco de Sousa Gomes Veloso, D. Luís de Castro, etc., formaram o elenco respectivo.

Em termos de mensagem específica a revista revela-nos, de imediato, uma homogeneidade, que é menos visível em *A Águia*, e uma firme intenção de superar o lirismo inconsequente da *Alma Portuguesa* e a violência desordenada de *Os Cadernos de Mariotte*. Submetendo-a a uma leitura atenta, pode-se constatar, que os principais artigos publicados no ano I constituem os pilares do edifício doutrinário desenvolvido nos anos seguintes. Com efeito, logo no primeiro número existe um pequeno texto, que é uma espécie de síntese programática do pensamento político do Integralismo Lusitano; intitula-se "O que nós queremos: Monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar" e condensa admiravelmente os dois vectores-chave do referido pensamento: a tendência concentradora (nacionalismo) e a tendência descentralizadora (corporativismo e regionalismo).

Esse "mini-programa" foi, de pronto, enriquecido nos números posteriores. No n.º 3 Alberto de Monsaraz, em "O Nosso Rei", explicita a doutrina do seu grupo, declarando-se abertamente contra o individualismo gerado pela "funesta Revolução Francesa" e contra o absolutismo dinástico da Renascença (a Pátria, afirma ele, só fruiu o "equilíbrio perfeito na *Era de Quatrocento*"); nesse mesmo numero Alfredo Pimenta disferiu, em "Parlamentarismo", uma crítica feroz na instituição parlamentar, dizendo que ela é incompatível com os povos de sangue latino. No n.º 4 Pimenta volta à liça, desta vez para analisar "O Problema Religioso", mostrando que os

ataques lançados pela Ciência contra a Religião não possuíam qualquer fundamento, facto que ela própria havia já reconhecido – pôde, assim, rever certas posições, não mais concebendo, por exemplo, o Catolicismo como um perigo social. Também no nº 4, Sardinha, em "Poder pessoal e Poder absoluto", retoma a abordagem de Monsaraz distinguindo entre absolutismo – degenerescência renascentista – e poder pessoal – o único que confere ao Estado as suas convenientes dimensões – e sublinhando que o Integralismo Lusitano não era uma cópia da "Action Française", porque já havia, com longas raízes, uma Contra-Revolução genuinamente Portuguesa, a que ficaram ligados nomes como o de João Pinto Ribeiro, o de José Gama e Castro, o de José Agostinho de Macedo entre outros⁸.

Foi, sem dúvida, António Sardinha quem abriu e apontou o caminho da descoberta das raízes doutrinárias da Contra-Revolução novecentista no séc. XIX português, procurando, assim, afastar críticas coevas e posteriores de puro mimetismo do "Pelicano" face ao exemplo maurrasiano⁹. Mas quem desenvolveu essa trajectória retro-prospectiva, de forma sistemática ao serviço da ideologia integralista, foi Fernando Campos, a ponto de ser considerado por João Ameal o «genealogista do pensamento contra-revolucionário»¹⁰. Fez sua essa missão, sem se limitar apenas à reabilitação de autores miguelistas e, à semelhança do que fizera Sardinha nas páginas da *Nação Portuguesa* com o artigo intitulado «Teófilo, Mestre da Contra-Revolução», "recuperou" figuras híbridas como Camilo Castelo Branco e claramente "da outra margem" como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Luz Soriano, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, etc. Não esteve isolado nesta tarefa, na medida em que Ameal, Castelo Branco Chaves e Hipólito Raposo também contribuíram para ela¹¹, mas funcionou destacado¹².

⁸ Armando Malheiro da Silva, «Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano», *Bracara Augusta*, 36, 81-82, 94-95, Jan.-Dez. 1982, pp. 439-442 e 448-449.

⁹ A refutação dessas críticas aparece em estudo recente de José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004.

¹⁰ João Ameal, «Fernando Campos genealogista do pensamento contra-revolucionário», *Nação Portuguesa*, 7 (1), 1933, pp. 9-20.

¹¹ *Idem*, *Panorama do nacionalismo português*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1932, p. 12-16; *Um Apóstolo na tormenta. D. Frei Fortunato de São Boaventura*, Lisboa, Empresa Editora Pro Domo Limitada, 1945; Castelo Branco Chaves, «José Agostinho de Macedo», in *Estudos críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932; *Idem*, «O pensamento político de António Ribeiro Saraiva», *Ação Realista*, ano 2, 10-11 (23/24) 1925, pp. 195-203; e Hipólito Raposo, *Dois nacionalismos. L'Action Française e o integralismo lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin Editora, 1929.

¹² Fernando Campos, *Camilo Contra-revolucionário. Documentos coligidos, prefaciados e anotados por...*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1925; *Idem*, «A Genealogia do pensamento nacionalista», *Gil Vicente*, 6 (1-2), 1930, pp. 12-17; (3-4), 1930, pp. 35-38; (5-6), 1930, pp. 78-87; e (7-8), 1930, pp. 107-118; *Idem*, «No centenário de José Agostinho de Macedo», *Gil Vicente*, 7 (3-4), 1931, p. 108-114; *Idem*, *No Saguão do liberalismo. O Desengano de Garrett. A Desilusão de Herculano. A Descrença de Soriano. O Pessimismo de Oliveira Martins. A Penitência de Ramalho. A Ironia de Eça de Queirós. O Testamento de Antero. A Contradição de Fialho. Concêrto de acusações*, 2ª ed. Lisboa, Edições Gama, 1944; e *Idem*, *O Pensamento contra-revolucionário em Portugal (Século XIX)*, 2 vols., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-1932.

3 | O "FILÃO" DOUTRINÁRIO, IDEOLÓGICO E MÍTICO

Entre 1980 e 1982 intensificou-se o meu interesse em aprofundar a conjuntura na qual se insere o efêmero e convulso reinado de D. Miguel, ensanguentado por uma guerra civil traumática. Ficou, então, mais definido o meu intuito de conceber e de concretizar um projecto de pesquisa de certo fôlego. A par de outros factores, influíram nesse rumo a releitura do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins, a busca em Arquivos Municipais de referências político-institucionais ao reinado miguelino em actas de vereações e outras séries documentais, a descoberta numa casa nobre de Celorico de Basto de importante e vasta documentação sobre a actividade da Ordem de S. Miguel da Ala¹³ (relativa à década de cinquenta do séc. XIX e, até agora, que eu saiba, ainda não estudada), o acesso a estudos recentes sobre o liberalismo e seu oposto, inscritos num promissor impulso renovador da abordagem historiográfica sobre Portugal nesse período¹⁴ e, finalmente, a inclusão num grupo de investigação convertido em Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos, a funcionar na dependência da Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Norte (Porto)¹⁵.

Foi, nesses anos iniciais da década de oitenta, que deparei com três contributos, para mim marcantes, de Luís Reis Torgal¹⁶, professor na Faculdade de Letras da

¹³ Ver sobre esta curiosa organização, baseada numa estrutura maçônica para combater a Maçonaria, Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo: ideologia e mito...*, pp. 132-133.

¹⁴ Merecem destaque tanto o Colóquio organizado em Novembro de 1979 pelo Gabinete de Investigações Sociais, como o organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa em 1981, que se tornaram marcos científicos incontornáveis, condensando, aí, significativos resultados da pesquisa que investigadores jovens e "seniores", entretanto regressados a Portugal na sequência do 25 de Abril de 1974, encetaram sobre o séc. XIX em Portugal, temática banida durante o Estado Novo do ensino e do estudo na Universidade por razões ideológicas (a época contemporânea não constituía, ao contrário do período dos descobrimentos ou da colonização do Brasil, motivo de orgulho para o nacionalismo português...) e por preconceitos positivistas. Ver Jaime Reis, Maria Filomena Mónica e Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *O Século XIX em Portugal: comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, s.d.; e Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira e João B. Serra (coord.), *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 1981*, 2 vols, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

¹⁵ Um grupo de pesquisa dinamizado por Rui Graça de Castro Feijó, Augusto Santos Silva, Joaquim de Azevedo e Manuel Pinto. A Secção de Estudos Contemporâneos editou entre 1980 e 1984 uma revista com o título *Estudos Contemporâneos*, com seis números. A Secção não lhe sobreviveria muito mais. Devo-lhe o único apoio financeiro que recebi para a investigação sobre o miguelismo que culminaria no trabalho de síntese apresentado e defendido publicamente na Universidade do Minho, em 1989.

¹⁶ Ver Luís Reis Torgal, «A Contra-Revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação», in *O Século XIX em Portugal...*, pp. 309-322; «A Contra-revolução no Portugal vintista (1820-1823). Notas sobre a sua imprensa», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, (1) 1980, pp. 45-73; e *Tradicionalismo e contra-revolução. O Pensamento e a acção de José de Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.

Universidade de Coimbra, que (ainda eu não estava profissionalmente na carreira académica) aceitou generosamente orientar/acompanhar o meu percurso investigativo. E, a partir de então, abracei o desafio de clarificar, distinguir e articular pensamento, doutrina e ideologia contra-revolucionária, explorar a natureza e a densidade do mito construído e colado à figura humana de D. Miguel e prosseguir na recolha de vestígios do miguelismo em alguns concelhos minhotos, sobretudo Braga, Guimarães e Vila Verde.

O "filão" principal emergiu de uma circunstância facilitadora: a existência na Biblioteca Pública de Braga, unidade cultural da Universidade do Minho (onde ingressei em 1983), de uma mescla de livros, de opúsculos e de gravuras, nunca devidamente esclarecida e baptizada de Fundo Barca-Oliveira¹⁷, com um numero invulgarmente elevado de textos contra-revolucionários entre 1820 (e anteriores a esta data) e 1834 (e, também, posteriores)¹⁸, essenciais para a compreensão e desmontagem do dispositivo ideo-propagandístico que os contra-revolucionários portugueses criaram em réplica ao usado pelos seus inimigos – os revolucionários, os *pedreiros-livres*, os afrancesados, os liberais, os *malhados*...

Ao mesmo tempo que eu ia prosseguindo na exploração hermenêutica desse material, ampliado aos poucos para outras tipologias, nomeadamente a iconográfica¹⁹ e a musical, outros colegas ensaiavam, seguindo o repto lançado por Miriam Halpern Pereira²⁰, uma inovadora análise do miguelismo popular, expressão ampla e difusa de um fenómeno que Maria Alexandre Lousada e Nuno Gonçalo Monteiro definiram como «a aparente hegemonia exercida pela reacção absolutista nos comportamentos políticos da maioria do campesinato numa larga fase do processo

¹⁷ Sobre como se originou, fragmentou e está a ser reconstituído esse importante e variado conjunto documental ver Abel Rodrigues, «O Arquivo do Conde da Barca: *Mnémosine* de um ilustrado», in José Anastácio da Cunha, *O tempo, as ideias, a obra...*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Centro de Matemática da Universidade do Minho, 2006, pp. 64-75. A catalogação integral dos impressos (monografias e periódicos) desse "Fundo Barca-Oliveira" foi incluída nas actas de um Colóquio realizado em 4 e 5 de Dezembro de 1986 na Universidade do Minho: Henrique Barreto Nunes (coord. geral), *Catálogo do fundo Barca-Oliveira (impressos)*, in *Portugal da revolução francesa ao liberalismo: actas do colóquio 4 e 5 de Dezembro de 1986*, Braga, Universidade do Minho, 1988, pp. 85-289.

¹⁸ Ver Armando Malheiro da Silva, «O Miguelismo na história contemporânea...», pp. 612-640.

¹⁹ Explorada em artigo específico, Armando Malheiro da Silva, «Breve sondagem à iconografia de D. Miguel I...».

²⁰ Fê-lo nas primeiras páginas de uma antologia de textos históricos, sublinhando aí que o «envolvimento político da historiografia oitocentista dedicada às lutas liberais levou à marginalização quase completa de um fenómeno fundamental, o miguelismo. Os anos de 1828 a 1832, automaticamente rejeitados como anos de maldição e terror, são o período mais obscuro da nossa história oitocentista. Está assim por analisar a política miguelista, a sua receptividade no meio camponês e a própria evolução do miguelismo, no interior do qual se desenham claramente várias tendências» (Cf. *Idem, Portugal no século XIX. Antologia de textos históricos. Vol. 1 Revolução, finanças, dependência externa (de 1820 à Convenção de Gramido)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 11).

de transição para a sociedade liberal e capitalista»²¹. Além destes dois, importa mencionar Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira²², que se manteve até hoje ligada à pesquisa historiográfica sobre o miguelismo²³, António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso, que, também, prosseguiu, as suas pesquisas nesta temática e sobre a qual veio a defender, em 2005, no ISCTE uma dissertação de doutoramento²⁴. Devo, no entanto, destacar, aqui, o contributo de Maria Alexandre Lousada por se ter desenvolvido em paralelo ao meu, com várias coincidências e algumas diferenças de abordagem.

Quando publiquei a parte substancial da minha análise do discurso e do mito miguelista tive o ensejo de sublinhar, logo no início, que Maria Alexandre Lousada analisara o discurso político miguelista e o respectivo apoio da nobreza titulada, alertando para o facto de que, embora os discursos tenham sido produzidos por uma elite – a elite letrada –, seria enganador pensar-se que, em face da elevada taxa de analfabetismo da população portuguesa, eles reflectam apenas a visão dessa elite, porquanto essa taxa

não impedia a ampla difusão das idéias escritas, como os documentos da época podem comprovar, através de intermediários culturais como os padres, os capitães de ordenanças, os notários e outras autoridades locais. Por outro lado, e na medida em que esses textos tem também uma função propagandística, o discurso das elites incorpora alguns aspectos da cultura popular; parece, nomeadamente, ser o caso da

²¹ Maria Alexandre Lousada; Nuno Gonçalo Monteiro, «Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no norte, 1826-1827 (algumas notas)», in *O Liberalismo na Península Ibérica...*, vol. 2, p. 169. Ver ainda de Nuno Gonçalo Monteiro, «Lavradores, frades e forais: revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobça (1820-1824)», *Ler História*, 4, 1985, pp. 31-87; «Sociedade rural e miguelismo. Alguns problemas e hipóteses de investigação», in *Mudança Política e Sociedade Rural na primeira metade do Século XIX. Comunicação apresentada nesse Seminário promovido pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do ISCTE, Dezembro 1987*, versão dactiloscrita; e «Societat rural i actituds polítiques a Portugal (1820-34)», in Josep Maria Fradera, Jesús Millan e Ramon Garrabou (ed.), *Carlismi i moviments absolutistes*, Girona, Editorial Eumo, 1990, pp. 127-150.

²² Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, «Formas de mobilização popular no liberalismo. O "cisma dos mónacos" e a questão dos enterros nas igrejas», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX...*, vol. 2, pp. 161-168; «Recensão: *A Guerrilha do Remexido*, António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso, Publicações Europa-América, Lisboa (1981)», *Ler História*, 1, Jan.-Abr. 1983, pp. 134-136; «A Lei das indemnizações de 1835 e a violência política depois da guerra civil», *Ler História*, 15, 1989, pp. 55-82; e «A Política portuguesa vista por um francês. Um inédito do barão Anatole Lemercier», *Ler História*, 3, 1984, pp. 65-82.

²³ Ver *Idem*, *Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*, Porto, Afrontamento, 2002. O imprescindível projecto de uma biografia credível e bem fundamentada do infante, rei e proscrito acaba de ser cumprido com indiscutível qualidade, culminando os esforços e as contribuições de pesquisa acumuladas ao longo de mais de duas décadas: Maria Alexandre Lousada; Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

²⁴ António do Canto Machado; António Monteiro Cardoso, *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1981.

identificação do liberalismo com o estrangeiro, o inimigo, o invasor e do "culto" de D. Miguel²⁵

Uma ideia conclusiva que pode confirmar através, por um lado, de uma fonte primária bastante interessante produzida sobre o comportamento político do clero regular no Alto Minho, reveladora da grande adesão que os frades mendicantes (com relevo para os franciscanos) manifestaram à «Usurpação», sendo uns mediadores activos e influentes das ideias anti-liberais²⁶, e, por outro, do estudo interno do dispositivo ideo-propagandístico miguelista em sucessivas fases e conjunturas.

Na «Conclusão» de *Miguelismo. Ideologia e Mito* condensei o seguinte:

O miguelismo – primeira conclusão – é impensável fora do quadro ideológico da contra-revolução e é incompatível com as abordagens historiográficas que o "tornem" mero apêndice do estudo do liberalismo em Portugal, reduzindo, assim a dinâmica contra-revolucionária a um só momento, a uma só fase da nossa História.

É necessário – segunda conclusão – perspectiva-lo em dois grandes planos complementares: o estrutural e o conjuntural – qualquer que seja a área de abordagem: a base sócio-política de apoio, a acção política desenvolvida entre 1828 e 1834, os fundamentos doutrinários e ideológicos, etc.

No campo específico da (re)produção ideológica – terceira conclusão – deparamos, para um período relativamente longo – 1799 a 1866 –, com a existência de um dispositivo coerente e moderno de propaganda, que embora podendo incorporar elementos procedentes do trabalho individual de teorização ou doutrinação política, se diferencia deste pelo seu pendor estratégico, isto é, pela sua finalidade mobilizadora das energias sociais.

Descoberto este dispositivo, desmontado nas suas "idéias-força" – Religião, Maçonaria, Constituição e Legitimidade –, ensaiamos a demonstração da forma como nele se articulou o mito miguelista (muito falado, mas pouco estudado em detalhe) e pensamos ter esclarecido o seguinte: (a) o mito de D. Miguel é, antes de mais, um mito político ou socio-político, datado e semelhante a outros mitos do seu tempo (o de Napoleão, por exemplo); (b) a sua articulação profunda e estreita com uma clara e sólida base ideológica e culto-mental é, pois, evidente; (c) a sua natureza é híbrida, não se podendo, por isso, reduzi-la a um só elemento – o messianismo – e esquecer a importância aí assumida pelo processo de "heroicização" do Infante (no qual interveio a força do seu carisma); (d) o seu contributo para a eficácia do dito dispositivo de propaganda, em especial no período de 1823 a 1834 e durante a Maria da Fonte, foi grande, como se pode ver através do conteúdo dos seus "suportes" – Sócio-cultura, Literatura, Iconografia e Música.

²⁵ Cit. por Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo...*, p. 6.

²⁶ *Idem*, «Clero Regular e a "Usurpação"...».

Mas – e é aqui que entra o velho problema da queda do miguelismo e das congêneres ultra da contra-revolução – poder-se-á falar de eficácia do discurso ideo-político do miguelismo se este saiu derrotado em 1834? O estudo que fizemos – dizemo-lo já –, sendo demasiado específico (isto é, não explora outras vertentes como, por exemplo, a socio-económica) não traz nenhuma resposta conclusiva para esta decantada questão. No entanto, a reflexão que nos proporcionou sobre o miguelismo em geral leva-nos a aceitar como plausíveis e ainda pouco trabalhadas muitas das causas já referidas – a acção da "Quádrupla Aliança", as defecções que enfraqueceram o governo miguelista e o seu exército (no qual se terá evidenciado a negligência dos oficiais e a indisciplina perturbadora do corpo para-militar dos "Voluntários Realistas"), a crise económica do país agravada pela guerra, etc. – e a excluir uma: a da eventual falta de apoio popular. É que, em termos culto-mentais e ideológicos, o miguelismo não foi totalmente derrotado em 1834, porque se assim fosse seria ilógico que até 1851 se multiplicassem as manifestações miguelistas de raiz popular ou ilógica ainda a influência que o legitimismo deteve na Igreja portuguesa até ao último quartel do séc. XIX, sendo certo que ao permanecer acantonado no seio da Igreja não se encontrava longe de todos quantos dela ideologicamente dependiam (o campesinato, por exemplo)²⁷.

Em reforço das conclusões evocadas não posso deixar de referir o que em artigo, publicado, também, em 1993, e destinado a dar conta da panorâmica historiográfica geral do/sobre o Miguelismo²⁸ tecida a par da análise do dispositivo ideológico e propagandístico, condensei tendo em vista uma adequada compreensão da metodologia empregue, dos objectivos fixados e dos resultados que foi possível obter.

Insisto, pois, na prevenção de que a minha pesquisa evoluiu até se centrar na articulação da ideologia contra-revolucionária com o mito de D. Miguel e na demonstração sistemática dos diversos "suportes" (sócio-cultura, literatura, iconografia e música) do discurso mítico. Fixada num quadro de correlações dinâmicas, a pesquisa em foco baseou-se numa utensilagem teórica e metodológica escolhida de entre um naipe de referências transdisciplinares, remetendo ainda para um universo de leituras avulsas e laterais, que exerceram a sua influência aquando da fixação das premissas e metas do respectivo processo analítico:

Para a exploração do discurso ideo-político miguelista não pudemos deixar de ter em conta a pesquisa de Maria Alexandre Lousada sobre o mesmo assunto e atrás citada. Apreciamos a metodologia empregue (análoga, quanto ao essencial, à usada por Telmo dos Santos Verdelho no estudo da linguagem política do primeiro liberal-

²⁷ Armando Malheiro da Silva, *Miguelismo...*, pp. 342-343.

²⁸ *Idem*, «O Miguelismo na história...», pp. 537-578.

ismo português, concordamos com os critérios de escolha do material de base (seis géneros de textos, escritos, na sua maioria, entre 1828 e 1834, a saber: proclamações e manifestos; livros, brochuras e folhetos, pastorais; legislação e vária, que inclui peças avulsas de natureza diversa) e consideramos correctos os resultados obtidos. No entanto, afastámo-nos do modelo seguido por esta autora, porque:

a) a nossa noção operatória de ideologia prende-se mais com o que, de um prisma sociológico, Pierre Ansart designou por estratégia ideológica – processo discursivo que tende a reabsorver as diferenças, inibir a crítica, abafar as dissensões entre os indivíduos, os grupos ou as instituições, mobilizar energias, erotisar as finalidades, enaltecer o chefes, ocultar as opressões e justificar como aceitáveis as praticas violentas – e menos ou quase nada com a de um sistema misto, onde juízos, crenças e valores se misturam com concepções teóricas relativas à forma e natureza do Poder (origem, instauração, exercício, limites e fins), sentido adoptado, ao que nos parece, pela referida investigadora.

b) pensamos que o mito miguelista não se adequa, nem se esgota no quadro temático onde Maria Alexandre Lousada o incluiu.

c) a nossa "grelha" de análise de conteúdo dos textos usados abrangeu um período mais amplo (de 1807 a 1866) e incidiu preferentemente na articulação ideologia – mito, isolando as idéias-força que dentro deste binómio accionaram um forte impulso mobilizador das populações contra a ameaça da "impiedade maçônico-liberal".

A par deste, outros referenciais ocuparam lugar destacado no universo da nossa análise: os trabalhos de Luís Reis Torgal sobre a contra-revolução durante o vintismo e o seu estudo do pensamento político de José Gama e Castro, arquitecto do tradicionalismo após 1834; a investigação conduzida por Graça e José Sebastião da Silva Dias sobre a presença do maçonismo em Portugal desde o último quartel do séc. XVIII até às primeiras décadas do XIX; as teses inéditas de José Marinho Afonso Álvares e de Maria Cândida de Sampaio e Melo a respeito do conteúdo ideológico da parenética e da imprensa contra-revolucionárias entre 1820-23 e 1823-54, respectivamente; as achegas monográficas de João Marques sobre Fr. José da Sacra Família e as de Motta Veiga, Santos Silveira, João Carlos Alvim e Maria Teresa Mónica sobre António Ribeiro Saraiva – foram, entre outros, marcos indispensáveis no nosso itinerário investigativo. Para o tratamento do mito miguelista valemo-nos de dois tipos específico de literatura de apoio. No domínio da Psicologia e da interpretação psicológica da História ou Psico-história destacamos o seguinte: a obra pioneira de Gustave Le Bon inspirou a apreciação positivista que António Ferrão fez da atitude contraditória das populações face a D. Miguel, oscilando entre a idolatria (adesão ao mito) e a mais viva hostilidade aquando do embarque do Infante em Sines (1834), tendo o mesmo Ferrão elaborado, em *A Teoria da História...*, uma curiosa síntese sobre as relações da História com a Psicologia Social; hoje, toda essa problemática se encontra muito desenvolvida, merecendo particular relevo as achegas teóricas de Rudolph Binion e de William McKinley Runyan e outros, as quais seguimos muito de perto ao elaborarmos a nossa proposta de caracterização do perfil psicológico de

D. Miguel. No que toca à natureza do mito propriamente dito, fizemos uma incursão nas abordagens de cariz mais antropológico e sociológico, ficando a nossa atenção em textos específicos sobre o mito do herói e os mitos políticos – relativamente a estes últimos (família a que pertence directamente o mito miguelista) tomamos como referencial principal os estudos de Manuel Garcia-Pelayo coligidos na obra *Los Mitos Políticos* e como referenciais secundários os trabalhos de A. Reszler e de J.-P. Sironneau. E para estabelecermos com rigor a presença do messianismo sebastianista na figura mítica de D. Miguel vimo-nos ainda compelidos à consulta de um profícuo acervo de estudos relativos a D. Sebastião, ao mito sebástico e ao Quinto Império.

A soma prática de um tão variado e rico arsenal metodológico-teórico traduziu-se na materialização de um paradigma concebido especificamente para a desmontagem dos dispositivos de propaganda ideológica através da dissecação das suas idéias-força e ainda extensivo a aplicações mitográficas adaptadas (descrição de mitos políticos através do recurso heterodoxo ao conceito operativo de "suporte") e mitanalíticas (análise em profundidade dos mesmos mitos). Esse paradigma, uma vez aplicado ao tema em foco, conduziu-nos a resultados interessantes:

a) houve um completo e bem estruturado dispositivo de propaganda miguelista animado pelas idéias-força Religião, Maçonaria, Constituição e Legitimidade, as quais condensam o sentido total da ideologia do miguelismo, à qual corresponde, no plano estritamente doutrinário, um pensamento político contra-revolucionário, tradicionalista e nacionalista.

b) esse dispositivo de propaganda ideológica surgiu profundamente imbricado num discurso mítico urdido com base no perfil psicológico e na postura política do Infante D. Miguel – um D. Miguel líder e herói na fase inicial de 1823 a 1824, herói messiânico de 1826 a 1834 e emoldurado num messianismo difuso após 1834 e até à sua morte, em 1866.

c) concluiu-se, portanto, que o mito miguelista é indissociável do dispositivo ideológico e que o impacto desta estratégia em amplas e diferentes camadas sociais foi profundo e natural, porque na cultura e mentalidade do Portugal velho estavam natural e multissecularmente gravados os componentes-chave desse dispositivo.

d) a derrota político-militar do miguelismo não contradiz a eficácia do dispositivo propagandístico miguelista, antes relativiza a sua importância no campo específico da luta política: a ideologia e mito miguelistas não garantiram o historicamente impossível, isto é, a sobrevivência do governo de D. Miguel, mas continuaram por muito tempo (sem dúvida até 1950 e daí em diante em acelerado declínio...) a matizar o imaginário português²⁹.

A questão do mito convocou, de facto, uma abordagem interdisciplinar e beneficiou da análise da produção iconográfica em torno de D. Miguel³⁰ e da

²⁹ *Idem, ibidem.*

³⁰ *Idem*, «Breve sondagem à iconografia de D. Miguel I»...

descoberta e estudo crítico de elementos factuais e avulsos situados geograficamente no Minho, que dariam substância a dois artigos publicados na *Bracara Augusta*³¹. Essa questão seria aprofundada em *Miguelismo e Maria da Fonte. Notas para uma leitura mitanálítica*³² com um especialista na obra de Gilbert Durand e na Mitocrítica/Mitanálise e com quem vim a participar na sistematização dessa proposta hermenêutica tendo em vista aplicações para além da Literatura, nomeadamente a Educação e a História Política³³.

4 | TRADIÇÃO E ANTI-MAÇONISMO

A minha investigação sobre D. Miguel e o Miguelismo não se cingiu, como ficou exposto, a 1834 e à derrota assumida na Convenção de Évora-Monte, pelo que pude aceitar o desafio, que haveria de me ser posto, de elaborar um verbete sobre Tradicionalismo para o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, encerrando, assim, o ciclo de pesquisa e publicação continuada dos textos produzidos.

Em torno de jornais como *A Nação* (Lisboa, 1848-1917) e de outros dispersos pela província, o partido legitimista propagou as suas bases doutrinárias e programáticas e resumiu aí uma conduta assumida ao longo da segunda metade do séc. XIX, que passou por uma reduzida, embora vincada, presença parlamentar, por uma constante prática destrutiva (os erros do adversário eram trunfos sempre preciosos) e por uma defesa intransigente do integrismo religioso e das «verdades históricas» sagradas, como a da defesa do Milagre de Ourique, questionado por Alexandre Herculano na sua *História de Portugal* (1846) e na famosa polémica que se lhe seguiu (1846-1857). Na imprensa e em trabalhos de fôlego diverso, os legitimistas tentaram definir melhor o seu pensamento político, recortado, no

³¹ *Idem*, «Miguelismo em Braga (I)...», pp. 355-438; «Miguelismo em Braga (II)...», pp. 405-457.

³² Armando Malheiro da Silva; Alberto Filipe Araújo, «Miguelismo e Maria da Fonte»...

³³ *Idem*, «Mitanálise e interdisciplinaridade. Subsídios para uma hermenêutica em educação e em ciências sociais», *Revista Portuguesa de Educação*, 8 (1 e 2), 1995, pp. 117-142 e 131-146; «A Mitánálise entre a história e a não-história...» Notas para uma hermenêutica da história da educação» in Justino Magalhães (org.), *Fazer e Ensinar História da Educação. Actas do 2º Encontro de História da Educação em Portugal, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Secção de História da Educação, Braga, 8/9 de Novembro de 1996*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia/Centro de Estudos em Educação e Psicologia/Universidade do Minho, 1998, pp. 75-119; «Mitanálise: uma mitodologia do imaginário?», in Alberto Filipe Araújo; Fernando Paulo Baptista (coord.), *Variações sobre o imaginário: domínios, teorizações, práticas hermenêuticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003, pp. 339-364. O meu interesse por esta via justificou-se a partir de 1990 por conta do novo projecto que abraçara sobre Sidónio e Sidonismo, sua história e mito e daí: Armando Malheiro da Silva, «Sidonismo e imaginário político...», p. 561-600.

essencial, do tradicionalismo filosófico-político bem delineado em *O novo príncipe* de José Gama e Castro³⁴.

Entretanto, D. Miguel, o «proscrito», sofria, em Bronnbach (Baden), a pena do exílio e aí se manteve até à morte, em 14 de Novembro de 1866, rodeado de uma vasta prole (seis filhas e o primogénito varão, D. Miguel de Bragança, tratado por D. Miguel II pelos legitimistas) e dos fiéis adeptos que o visitavam por ocasião de eventos festivos, mas a sua liderança, a partir de tão longínquo e penoso exílio, tornou-se cada vez mais platónica e distante, consumindo seu tempo na prática regular da caridade em sentido lato, no estudo da teologia e na observação da liturgia segundo o rito romano, pouco conhecido na Alemanha, na leitura dos clássicos, nas suas habituais caçadas e cavalgadas e ainda a fazer trabalhos em marcenaria. A sua morte suscitou uma vaga de cerimónias fora e dentro do território nacional, perpetuadas na obra editada por D. Jorge Eugénio de Lócio, *Monumento. À Memória do senhor Dom Miguel primeiro d'este nome como prova de sua fidelidade e amor a nação portuguesa levantou este monumento* (1867).

Congregados em torno dessa memória e de uma eterna saudade, os legitimistas viveram o ocaso do regime monárquico-constitucional, dando sinais de algum alento, reagindo, por exemplo, contra as comemorações centenárias de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882) dinamizadas pela corrente liberal e republicana, participando nos debates políticos do início do século XX e marcando aí uma posição nacionalista, antiparlamentar, orgânico-corporativa e municipalista. O advento da República, preparado com o concurso indirecto (através de seus membros) do Grande Oriente Lusitano, foi visto pelos legitimistas como um mal anunciado, como a falência do constitucionalismo monárquico e como uma nova oportunidade para a indelével questão dinástica.

O legado filosófico-político e ideológico-político do tradicionalismo legitimista não tardou a ser recuperado e revitalizado por um grupo de moços – uns monárquicos e católicos, outros, como António Sardinha e Alfredo Pimenta, ex-republicanos e positivistas – reunidos à volta da *Nação Portuguesa* (1914-1926) e do diário integralista da tarde *A Monarquia* (1917-1925). Os moços do "Pelicano" – por onde, como ficou sublinhado, se deu o meu encontro com o miguelismo...

A par do movimento católico representado pelo Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e de organizações nacionalistas como a Cruzada Nun'Álvares³⁵, o Integralismo Lusitano não só contribuiu para a criação das

³⁴ Ver Luís Reis Torgal, *Tradicionalismo e contra-revolução...*

³⁵ Ver Ernesto Castro Leal, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos.

condições ideológicas e políticas que tornaram possível a emergência do Estado Novo salazarista, mas do seu seio brotou também, em 1932 (e manteve-se, na clandestinidade, de 1935 a 1945), o nacional-sindicalismo ou camisas azuis de Francisco Rolão Preto (1894-1977), variante fascista do tradicionalismo integralista, que o pragmatismo conservador de António de Oliveira Salazar (1889-1970) não deixou florescer por muito tempo.

Se nos ativermos à questão da permanência recorrente do anti-maçonismo é interessante constatar a actualidade ou o sentido moderno (por se integrar na dinâmica discursiva e racional da Modernidade) do combate reactivo dos contra-revolucionários miguelistas à Maçonaria. O seu legado frutificou e nutriu a oportunidade de vingança que católicos, integralistas e fascistas dirigiram a todos quantos antes e, sobretudo, durante a I República exercitaram um jacobinismo identificado com a prática do Partido Democrático de Afonso Costa - designação informal do velho Partido Republicano Português (PRP) após a cisão em Outubro de 1911, que impeliu ao afastamento de António José de Almeida e seus adeptos, reunidos em torno do Partido Evolucionista, e de Manuel Brito Camacho e seus amigos acantonados no jornal *A Lucta*, órgão oficialíssimo da União Republicana. Os afonsistas logo se distinguiram, ainda no Governo Provisório (1910-1911), por um anticlericalismo enfático, plasmado no famigerado decreto com força de lei publicado no nº 92 do Diário do Governo a 21 de Abril de 1911 que estabelecia a separação das Igrejas do Estado, tendo ficado conhecido de imediato por *Lei da Separação* – peça destacada, mas não única de um extenso pacote de decretos, leis e portarias que formalizaram um confronto aberto, directo, intransigente e intolerante com a Igreja Católica em geral e os Jesuítas em particular³⁶. A muito debatida e controversa «questão religiosa» amarra curiosamente os primeiros quartéis de dois séculos – XIX e XX – por neles ter historicamente chegado a Portugal o enfrentamento ideo-político com o Catolicismo institucional e popular. E nesses dois quartéis, sendo as conjunturas naturalmente diferentes, o alvo Maçonaria é apetecível, tanto mais que de 1911 a 1920 os católicos averbaram, no terreno, muitas razões de queixa de uma intolerância anticlerical ostensiva e violenta. E no calor da refrega (interna claro, mas não se pode olvidar a Grande Guerra de 1914 a 1918) haveria de acontecer Fátima (1917), derramando perplexidade e irritação nas hostes republicano-democráticas e maçônicas...

Em face destas breves notas históricas não se me afigura excessivo o uso da palavra vingança no que toca ao Grande Oriente Lusitano, logo que católicos,

³⁶ Ver Armando Malheiro da Silva, «Os Católicos e a "República Nova" (1917-1918): da "questão religiosa" à mitologia nacional», *Lusitânia Sacra*, 2ª série (8/9), 1996-97, pp. 385-499.

integralistas e fascistas se acomodam, solícitos e empenhados, em torno do novo e promissor *Salvador da Pátria* – Salazar. Sob o manto do Poder não lhes foi difícil recuperar (tendo curiosamente a cumplicidade mais ou menos activa de militares e republicanos) o discurso antimaçónico que os publicistas e panfletaristas miguelistas, um século antes, haviam tecido com requintes de sátira e de sanha, adaptando-o, como é óbvio, às circunstâncias de um outro tempo.

Oliveira Marques sublinha que a Maçonaria não tardou a ser denunciada como um «Estado dentro do Estado» e como uma perigosa aliança entre as forças marxistas e judaicas/sionistas internacionais (convém ter presente como Faustino José da Madre de Deus introduziu o anti-semitismo na sua argumentação contra a Maçonaria³⁷) tendo em vista substituir a civilização cristã pela civilização católica, dominar o Estado e possuir uma organização exagerada e perniciosamente internacionalista³⁸. E também não foi difícil passar das palavras e do plano das ideias, dos valores e dos princípios para o da violência intimidante: a 16 de Abril de 1929 foi assaltado, por ordem do Ministro do Interior do 51º Ministério em regime republicano, general José Vicente de Freitas³⁹, o Palácio Maçónico de Lisboa, sede do Grande Oriente Lusitano, tendo sido detidas algumas dezenas de «irmãos», levados para o Governo Civil de Lisboa e, antes de serem libertados, sujeitos a identificação. Na sequência deste acto, o Ministério do Interior forçou o G.O.L. a encerrar a sua sede, impedindo nele quaisquer actividades. Este primeiro acto punitivo impediu que, de Maio de 1929 a Março de 1930, usassem a sede e se reunissem nas lojas de Lisboa. Mas em 1930, durante o 55º Governo, presidido pelo general Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira⁴⁰, o Palácio foi reaberto sob condição de nele se realizarem reuniões até dez pessoas, não podendo o total de presenças no edifício exceder as vinte. Uma reabertura tão condicionada, que mais não foi um simulacro de tolerância efémera. Em Dezembro desse ano o Palácio voltaria a fechar até 31 de Janeiro de 1931, reabrindo para pouco depois, a 18 de Maio, ser alvo de novo assalto com estragos e detenções. Ao assalto sucedeu, por ordem ministerial, o encerramento definitivo e a selagem das portas da sede emblemática do G.O.L.

³⁷ Armando Malheiro da Silva, «Discurso ideo-político de Faustino José da Madre de Deus. Contribuição para a história das ideias anti-liberais em Portugal», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa...*, pp. 170-171.

³⁸ A. H. de Oliveira Marques, «Maçonaria», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, p. 537; e *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo: 2ª edição revista e aumentada*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 58 e ss.

³⁹ Ver António José Telo, «Freitas, José Vicente de (1869-1952)», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol 1, p. 373.

⁴⁰ Ver Luís Nuno Rodrigues, «Oliveira, Domingos Augusto Alves da Costa de (1873-1957)», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, pp. 682-683.

Estes factos ilustram a escalada antimaçónica e foram acompanhados por uma campanha de imprensa liderada pelos jornais católicos *Novidades*, *Voz e Diário da Manhã*, que Oliveira Marques (maçon e historiador da Maçonaria) caracterizou assim: «acusava violentamente a Maçonaria de todos os crimes, difamando-a e ridicularizando-a muitas vezes. Um "mau" maçon actuava como "informador", fornecendo cópias de documentação oficial do Grande Oriente – algumas referentes a assuntos de grande importância e secretismo – que eram publicadas na íntegra e com júbilo, pelos jornais situacionistas»⁴¹.

Ponto culminante dessa escalada foi a iniciativa legislativa que, em 1935, quase a abrir os trabalhos da primeira legislatura da Assembléa Nacional (um dos órgãos estabelecidos na Constituição de 1933 que consagrou formalmente o Estado Novo), o deputado José Cabral⁴² – um ex-nacional sindicalista ingresso na União Nacional em obediência ao repto lançado por Oliveira Salazar – apresentou com vista à proibição das associações secretas – expressão eufemista que disfarçava a intenção deliberada de atacar e erradicar do espaço institucional público (de todas as instancias orgánicas do Estado) elementos maçons.

Não cabe, aqui, desenvolver este tópico que pude tratar em comunicação apresentada a um congresso internacional sobre Intolerância em Tempos de Fascismo⁴³, interessando-me apenas sublinhar, em jeito conclusivo do relance pessoal sobre a minha investigação datada a respeito do miguelismo, como a doutrina e a ideologia contra-revolucionárias, irrompendo em interacção com o Iluminismo e a Revolução Francesa, se estendem e reaparecem ao longo da Modernidade, particularmente no caso português.

⁴¹ A. H. de Oliveira Marques Marques, «Maçonaria...», p. 538.

⁴² Luís Nuno Rodrigues, «Cabral, José Pereira dos Santos (1885-1950)», in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1, pp. 109-110.

⁴³ Armando Malheiro da Silva, «A Intolerância anti-maçónica no início do Estado Novo. A Ilegalização do Grande Oriente Lusitano e a resistência (im)possível: Norton de Matos e Fernando Pessoa», in *Intolerância em tempos de fascismo. Congresso internacional, PROIN – Projecto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo – USP*, 21 a 23 Novembro de 2006 (no prelo).

DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES

Jean-Clément Martin Professor Emérito desde 2008, ensinou na Universidade de Nantes e na Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne onde foi Director do Instituto de História da Revolução Francesa. A partir da análise da Contra-revolução renovou profundamente os estudos sobre o período revolucionário nomeadamente desde a publicação, em 1987, de *La Vendée et la France* (Paris: Seuil). De entre a sua numerosa bibliografia podem destacar-se: *La Vendée de la Mémoire* (Paris: Seuil, 1989); *Révolution et contre-révolution en France 1789-1799* (Paris: PUR, 1996); *Contre-révolution, Révolution et Nation* (Paris: Seuil - Points Histoire, 1998); *Violence et Révolution. Essai sur la Naissance d'un Mythe National* (Paris: Seuil, 2006).

António De Francesco Professor na Universidade de Milão tem-se interessado pelo estudo do movimento democrático em França e em Itália no período revolucionário e também pela história das reacções à Revolução. De entre as suas publicações destacam-se: *Movimento democratico e federalismo nella Francia rivoluzionaria, 1789-1795* (Nápoles: Morano, 1992); *Rivoluzione e Costituzione. Saggi sul democratismo politico nell'Italia napoleónica* (Nápoles: Esi, 1996); 1799. *Una storia d'Italia* (Milão: Guerini e Associati, 2004); *Da Brumaio ai cento giorni: cultura di governo e dissenso politico nell'Europa di Bonaparte* (Milão: Guerini e Associati, 2007).

Jordi Canal Professor e investigador na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Especialista da História da Contra-revolução na Europa em particular do Carlismo nos séculos XIX e XX, tem também trabalhado outras áreas temáticas como as sociabilidades, a violência política e a historiografia. Entre as suas principais publicações contam-se: *El Carlismo. Dos Siglos de contrarrevolución en España* (Madrid: Alianza Editorial, 2000); *El Carlismo y las guerras carlistas. Hechos, hombres e ideas*, com Julio Aróstegui e Eduardo González y Caleja (Madrid: La Esfera de los Libros, 2003); e *Banderas blancas, boinas rojas. Una historia política del carlismo, 1876-1939* (Madrid, Marcial Pons, 2006). Prepara também uma biografia de D. Carlos, pretendente ao trono de Espanha.

Pedro Rujúla Professor da Universidade de Zaragoza, fez um Doutoramento sobre as primeiras décadas de formação da Contra-revolução e do Carlismo em Espanha, que foi publicada com o título de *Contrarrevolución. Realismo y Carlismo en Aragón y el Maestrazgo, 1820-1840* (Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1998). Publicou, entre outros, *Rámon Cabrera. La senda del Tigre* (Zaragoza: Ibercaja, 1996). Realizou também a edição e introdução de Antonio Pirala, *Vindicación del general Maroto y manifiesto*

razonado de las causas del Convénio de Vergara (Pamplona: Urgoiti, 2005). Tem vindo a explorar as relações entre Fotografia e História e, também, entre História e Literatura.

Armando Malheiro da Silva Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. As suas principais áreas de interesse centram-se na Ciência da Informação e História Política e das Ideias em Portugal. Autor de vários estudos sobre a contra-revolução e o miguelismo de que se destaca, pelo seu carácter inovador, o livro: *Miguelismo. Ideologia e Mito* (Coimbra: Minerva, 1993). Mais recentemente tem estudado o período republicano, em particular o Sidonismo, ao qual consagrou em 1999 a sua tese de doutoramento intitulada: *Sidónio e o sidonismo: História e Mito* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Museu da Presidência da República, 2006). Publicou também, com Fernanda Ribeiro, a obra *Das ciências da documentação à ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular* (Lisboa: Afrontamento, 2002).

Fátima Sá e Melo Ferreira Professora do departamento de História do ISCTE-IUL e investigadora do CEHCP, onde coordena a linha de investigação «História política e cultural» e a coleção editada pelo CEHCP. Coordenadora portuguesa do projecto internacional *Iberconceptos*, é autora de *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao liberalismo, 1834-1844* (Porto: Edições Afrontamento, 2002); e co-autora de *D. Miguel* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

Maria Alexandre Lousada Doutorada em Geografia Histórica, é Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora do Centro de Estudos Geográficos da U L. Autora de numerosos estudos sobre a contra-revolução miguelista é também especialista em geografia urbana e em história das sociabilidades. Publicou recentemente, em co-autoria com Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

António Monteiro Cardoso Doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE e investigador do CEHCP é autor de numerosos trabalhos sobre o liberalismo e a contra-revolução, com destaque para *A Guerrilha do Remexido* (Mem Martins: Europa-América, 1981), em co-autoria com António Canto Machado e *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes. O Povo e as Elites, 1820-1834* (Lisboa: Afrontamento, 2007). Publicou também, recentemente, *Correspondência Luso-brasileira*, com António Pinto da França, (Lisboa: IN-CM, 2008) e no domínio da História do século XX, *Timor na 2ª Guerra Mundial: O Diário do Tenente Pires* (Lisboa: CEHCP, 2007).